

## LEI MUNICIPAL Nº 1.800 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DE ENSINO MÉDIO; NOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA-ES; E ESTABELECE VALORES DA BOLSA AUXÍLIO; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
- **Art. 1º** A Prefeitura Municipal poderá promover a realização de estágio curricular, admitindo, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham frequentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio, sendo estes beneficiados pela concessão de oportunidades de estágio, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
- § 1º O número de estagiários a serem contratados pela Prefeitura Municipal de Ecoporanga será de 110 (cento e dez) estagiários, sendo 83 (oitenta e três) estagiários de nível superior e 27 (vinte e sete) estagiários da educação profissional e Ensino Médio.
- § 2º Os termos de estágio realizados em decorrência desta lei terão vigência até o dia 31 de Dezembro de 2016.
- § 3° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito para cessão de Estagiários de nível superior.
- **Art. 2º -** O estágio somente poderá realizar-se em unidades do Governo Municipal que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o estudante, para esse fim, estar em condições de estagiar, segundo o disposto na presente Lei.
- **Art. 3º** O estágio não cria vinculo empregatício com o Município, sendo vedado estender aos estagiários direitos ou vantagens asseguradas aos servidores públicos municipais.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO GABINETE DO PREFEITO

## Art. 4º - Para atuar como estagiário devera o educando:

I – ser brasileiro:

II – estar em dia com as obrigações militares, se maior;

III – estar em gozo dos direitos políticos;

IV – ter boa conduta;

 V – gozar de boa saúde, comprovada em inspeção realizada por médico com especialização em medicina do trabalho;

 VI – estar matriculado em curso de graduação superior, de nível médio regular ou técnico, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;

- Art. 5° Os estágios devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem e serão planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano.
- Art. 6º A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente.
- Art. 7° Em obediência ao artigo 11 da Lei Federal nº 11.788/2008, a duração do estágio não poderá exceder a 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.
  - Art. 8º O termo de estágio será extinto:

I - A pedido:

II - Automaticamente:

- a) Quando da conclusão do curso;
- b) Por se ausentar ao serviço por mais de 10 (dez) dias sem justificativa, ou por mais de 20 (vinte) dias, ainda que motivadamente;
- c) Caso não comprove a renovação de sua matricula, ou vier a ser reprovado em mais de uma das disciplinas constantes da grade curricular.
- III Sumariamente após procedimento administrativo, garantido sempre a ampla defesa.
- Art. 9°. É de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais a jornada de atividades de estágio, a ser cumprida pelo estudante, devendo compatibilizar-se com o seu horário e com o horário da parte aonde venha ocorrer o estágio, devendo ser compatível com as atividades escolares conforme estabelecida no inciso II do Artigo 10 da Lei Federal 11.788/2008.

Parágrafo único. Nos períodos de férias escolares, a jornada o estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio.



## Art. 10°. A bolsa-auxílio terá os seguintes valores:

I – Aos Estudantes do Ensino Médio e Cursos Técnicos ou Educação Profissional, o valor corresponderá a R\$ 300,00 (trezentos reais);

II – Aos Estudantes do Ensino Superior, o valor corresponderá a R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo único. O Município poderá suspender a qualquer tempo a concessão da bolsa de estudo, em caso de relevante interesse público.

- Art. 11º Assegura-se ao estagiário período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente nas férias escolares, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano.
- §1º O recesso será remunerado quando o estagiário receber bolsaauxílio ou outra forma de contraprestação.
- **Art. 12º** Aos critérios e normas não definidos na presente Lei, aplicarse-á subsidiariamente a Lei Federal nº 11.788/2008, bem como as regulamentações posteriores estabelecidas pelo Governo Federal.
- **Art. 13º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
  - Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- **Art. 15º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a lei 1.719 de 21 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro (02), do ano de dois mil e dezesseis (2016).

PEDRO COSTA FILHO Prefeito Municipal